

24/01/2017 - Convergência Digital

Anatel quer mediar conflitos e supervisionar acordos entre teles e OTTs

A Anatel vai aproveitar o novo regulamento de interconexão para colocar mais um tijolinho no pilar da argumentação de que tem competência para tratar do mundo da internet. A ideia é deixar expresso que a agência é quem deve mediar conflitos que envolvam o uso das redes, bem como o poder de exigir os contratos de operadoras com empresas de serviço de valor adicionado.

“Estamos em uma fase muito inicial de entender os conflitos que existem nesse mercado ainda e formalmente ainda temos poucos conflitos nessa área. A ideia é entender até que ponto a Anatel pode entrar nesse tipo de discussão. Anatel nunca atuou sobre SVAs e a intenção atual não é fazer isso, mas dar clareza onde Anatel pode atuar nessas relações”, afirmou o gerente de regulamentação da agência, Nilo Pasquali.

O tema fez parte de uma audiência pública realizada pela Anatel nesta terça, 24/11, para discutir três revisões de regulamentos – as metas de competição, a homologação de ofertas de atacado, e a interconexão. Segundo o gerente de regulamentação, está claro que a ideia é tratar daqueles atores com grande tráfego, sejam eles grandes backbones ou serviços de distribuição de conteúdo, as CDNs.

Como também destacou o superintendente de Competição, Abraão Balbino e Silva, as novas normas se inserem em uma nova realidade regulatória, seja pela evo-

lução tecnológica e o estabelecimento de uma economia digital como pela própria mudança legal em curso no modelo setorial. “O campo de jogo mudou completamente”, disse.

Para ele, deixar claro que a Anatel pode analisar as relações entre os serviços de telecom e de internet, ao analisar, por exemplo, os termos de contratos entre uma Netflix ou de grandes CDNs como Akamai com os provedores de infraestrutura, a agência não apenas vai entender melhor as relações como defender a lei. “É importante até para verificarmos a neutralidade de rede”, afirmou.

Até aqui, a ideia é incluir um artigo no Regulamento de Interconexão para dizer o seguinte:

Art. 50. É assegurado aos interessados o uso das redes de serviços de telecomunicações para prestação de serviços de valor adicionado, em regime de livre pactuação.

§ 1º Eventuais conflitos no relacionamento previsto no caput serão dirimidos pela Anatel.

§ 2º A Anatel poderá solicitar a qualquer tempo cópia dos contratos que materializem o relacionamento previsto no caput.

24/01/2017 - Telesíntese

Desvalorização do Real custou R\$ 2 bilhões à Oi em novembro

Companhia amargou prejuízo de R\$ 1,49 bilhão no mês

Os administradores judiciais da Oi divulgaram na noite de ontem, 23, o balanço financeiro da companhia durante o mês de novembro de 2016. O resultado sofreu impacto negativo da desvalorização do Real frente ao Dólar e ao Euro, moedas às quais estão atreladas metade da dívida da empresa.

“A exposição cambial, influiu no agravamento do resultado financeiro, que em outubro contribuiu com impacto positivo de R\$804 milhões sobre o resultado consolidado e passou a ter impacto negativo de R\$2.076 milhões em novembro”, ressalta o relatório, feito pela consultoria PwC e o escritório de advocacia Arnoldo Wald.

O balanço mostra que concessionária encerrou o mês com R\$ 6,97 bilhões em caixa, quase R\$ 400 milhões a mais que em outubro. O ganho veio do pagamento de clientes e intermediários que deviam à empresa mais de R\$ 2,3 bilhões. Houve, no entanto, aumento de despesas correntes, como com salários. Ao final das contas, a empresa registrou um prejuízo R\$ 1,39 bilhão, revertendo o lucro de R\$ 689 milhões visto em outubro.

A empresa diz que perdeu receita no mês com a adesão de clientes a novos planos de TV, banda larga e telefone fixo. “O efeito prático desta mudança é a incorporação parcial dos descontos aos preços cobrados e o efeito contábil é a redução de aproximadamente R\$324 milhões nas linhas de Receita Operacional Bruta”, analisam

os administradores judiciais. Segundo a Oi, o benefício seria a economia com atendimento ao cliente. A receita também caiu devido à perda de clientes: a base encolheu 1% no mês.

Lista de credores

A Oi também apresentou uma lista atualizada até setembro de seus credores, praticamente idêntica à anterior, de junho. Acrescentou 117 credores, terminando com 66.967 empresas e pessoas a quem deve. A maioria, mais de 43 mil, continua a ser de credores com processos cíveis contra a operadora, mas estes têm uma parcela pequena na dívida, de cerca de R\$ 1,3 bilhão.

Do endividamento total, que era de R\$ 65,12 bilhões em setembro, R\$ 36,7 bilhões são devidos a credores internacionais, investidores donos de papéis da companhia. Outros R\$ 23,79 bilhões são devidos aos credores brasileiros, como Anatel, bancos e fornecedores.





24/01/2017 - Telesíntese

Oi e Telefônica terão preços controlados pela Anatel em todos os mercados relevantes de Telecom

A Anatel definiu três novos mercados relevantes - o de transporte de dados e o de interconexão de dados, de dutos além dos de acesso, roaming, interconexão (fixa e móvel) que já existiam. Em todos eles, Oi e Telefônica terão controle de preços em milhares ou centenas de cidades onde atuam.

A Anatel detalhou hoje, 24, em audiência pública promovida para esclarecer as propostas de novo regulamento do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC) e os outros dois regulamentos que estão em consulta pública (que terminaria no dia 5 de fevereiro mas foi prorrogada para até o dia 22 de março). O regulamento de homologação de oferta de referência de produtos de atacado (HORPA) e o de interconexão (RGI) também foram debatidos na reunião. Mas o PGMC, por ser o mais extenso e importante, foi o que mais críticas teve.

A agência propõe uma grande alteração na forma de regular a competição no mercado. Entre as mudanças mais significativas, ela passa a definir as empresas que têm Poder de Mercado Significativo (PMS) por critérios mais modernos. Entre as mudanças, a agência divide o Brasil em quatro tipos de cidades: aquelas em que a competição está consolidada, as que são "moderadamente competitivas", as que são "potencialmente competitivas" e as "não competitivas".

Em todos os mercados que considera relevante para o usuário final, o PGMC aponta onde a Anatel não irá adotar qualquer medida regulatória até aquelas onde será preciso continuar a adotar medidas ex-anti.

"Não é mais a relação jurídica entre regulado e regulador que vai estabelecer o peso regulatório, pois a dinâmica de competição não é uniforme. A relação entre pequeno e grande provedor em Brasília é muito diferente à do interior do Nordeste", afirmou o superintendente de Competição da agência, Abrão Silva.

Isso significa que se antes as concessionárias locais Oi, Telefônica, Algar Telecom e Sercomtel sofriam uma forte regulação em sua atuação em todo o Brasil somente porque eram concessionárias, agora, com a nova proposta, as empresas serão reguladas conforme a sua presença (entre outros critérios) em cada cidade brasileira.

Mas isso não impede que as novas regras continuem a acertar em cheio a Oi e a Telefônica. As duas terão preços controlados e obrigatoriedade de fazer ofertas transparentes para todos os mercados considerados relevantes pela Anatel. E é claro, devido ao tamanho da Oi, o controle sobre suas atividades será em uma quantidade de municípios muito superior ao do grupo espanhol.

A seguir o número de cidades que terão os preços controlados pela Anatel por empresa e por serviço importante:

Mercado Relevante de acesso:

Oi terá controle de preços em 1.439 cidades e obrigada a fazer ofertas transparentes em outras 470 cidades. Total: 1.909 municípios

Telefônica: controle de preços em 375 cidades e ofertas em 145. Total: 520 cidades

Mercado Relevante de Dutos:

Oi – controle de preços em todos os municípios onde atua (4.854)

Telefônica – controle de preços em 622 cidades

Mercados Relevantes de Transporte de Dados de Alta Capacidade e de Interconexão de Dados:

Oi – 984 municípios com controle de preços e 203 cidades com ofertas transparentes. Total: 1.187

Telefônica – 642 municípios com controle de preços e 300 cidades com ofertas transparentes. total: 942

Mercado Relevante de EILD:

Oi – terá controle de preços e obrigação de fazer ofertas transparentes em 4.808 municípios

Telefônica – Controle de preços em 460 cidades e ofertas transparentes em 162 cidades

Interconexão Móvel:

Oi – controle de preços em 4.925 municípios

Telefônica – controle de preços em 5.570 municípios

Roaming

Oi – controle de preços e ofertas transparentes em 2.146 cidades

Telefônica – controle de preços e ofertas transparentes em 3.681 cidades

Reação das Empresas

A Oi, que continuará a sofrer forte intervenção da agência, mesmo com a provável aprovação do PLC 079, que acaba com as concessões, reagiu forte à proposta, justamente porque entende que a agência vai mudar conceitos, para não mudar nada no que se refere os seus resultados práticos.

Disse o diretor da Oi, Luiz Alonso, durante a audiência pública:

– O método usado para análise concorrencial da Anatel, de regular o mercado de atacado de telecom, deveria se refletir no mercado de varejo. A Oi, por exemplo, está sendo enquadrada com Poder de Mercado nos principais serviços de telecomunicações, onde ela nem é líder desse mercado no varejo. Ao contrário, hoje, seus principais competidores sequer têm redes de telecom", reclamou ele.

Para a diretora de Regulamentação Estratégica do grupo Telefônica, Talita Caliman, a agência só deveria estabelecer obrigações em mercados ou no municípios que contassem com a infraestrutura disponível da empresa. "Não é possível que obrigação de competição acabe se transformando em instrumento de universalização", salientou. A operadora quer também que os contratos já assinados com os agentes privados sejam respeitados.



25/01/2017 - Rede Brasil Atual

Para dirigente, reforma trabalhista de Temer é liberar terceirização

"O projeto deles é desregular tudo", afirma secretário-geral da CUT. "O que o país precisa é de um sistema nacional de negociação"

São Bernardo do Campo (SP) – A reforma trabalhista pretendida pelo governo Temer é, na essência, aprovar a ampliação da terceirização, inclusive para atividades-fim, "desregular tudo", resume o secretário-geral da CUT, Sérgio Nobre. "O que o Brasil precisa não é reforma da legislação, mas de um sistema nacional de negociação", afirmou, durante debate nesta terça-feira (24), organizado pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT. "Nós achamos que não é para valer", acrescentou, referindo-se à disposição do Executivo em negociar. "A índole do governo Temer não é de modernizar, é de desmonte."

O dirigente criticou o que chama de "visão atrasada" dos empresários, que recla-

mam de processos trabalhistas, mas resistem à organização no local de trabalho, que para ele representariam um mecanismo de solução de conflitos. Segundo ele, a resistência vem, principalmente, das federações patronais, como a Fiesp e a CNI. Nobre contou que chegou a ouvir de um negociador de uma dessas entidades a seguinte resposta, quando falava sobre a representação no local de trabalho: "Compre ações". Mas ele observou que há também parte do movimento sindical resistente a uma efetiva negociação sobre tema.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2017/01/para-dirigente-reforma-trabalhista-de-temer-e-liberar-terceirizacao>

23/01/2017 - Rede Brasil Atual

Fechamento de farmácias do SUS por Doria vai prejudicar população mais pobre

Farmacêuticos alertam que grandes redes comerciais, defendidas pelo prefeito para a distribuição, estão nos bairros mais centrais e não na periferia, que conta com pequenos estabelecimentos

O projeto do prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), de fechar as farmácias dos postos de saúde e passar a distribuir medicamentos do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da rede comercial deverá afetar sobretudo a população mais pobre. O alerta é do Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de São Paulo (Sinfar-SP), que já enviou ofício, ainda sem resposta, pedindo reunião com o prefeito e com o secretário de Saúde, Wilson Pollara, para esclarecimentos sobre a mudança na logística de medicamentos.

"As grandes redes de farmácias têm filiais nos bairros mais centrais, melhor localizados. E não nos bairros mais distantes da periferia, onde está a população mais pobre. Ali estão as pequenas farmácias. Sem a entrega no posto de saúde, perto de sua casa, as pessoas teriam de se deslocar até outros bairros, tendo até de pegar ônibus", afirma a secretária-geral da entidade, Renata Gonçalves.

Embora ainda pouco se saiba de oficial a respeito da privatização do serviço, a agenda de Doria e de Pollara de hoje (23) previa encontro à tarde com Antonio Carlos Pipponzi, vice-presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV) e

presidente do Conselho da Raia Drogasil, gigante do setor.

De acordo com Renata, os farmacêuticos vão se reunir na tarde desta terça-feira (24) para discutir os impactos da medida à população e à estrutura das farmácias do SUS montadas nos postos de saúde. "É claro que há problemas, que faltam remédios. É feita licitação, e muitas vezes o laboratório demora para entregar. Mas isso não significa que a falha esteja na farmácia pública", afirma o farmacêutico Deodato Rodrigues Alves, integrante do Conselho Municipal de Saúde, onde o tema também está sendo debatido.

"Essas farmácias que poderão ser fechadas estão estruturadas e receberam investimentos na gestão passada. Atendem 700 mil receitas todo mês, o equivalente a quase 10 milhões ao ano. Como uma rede privada vai se organizar para isso? Como será o controle, a fiscalização? Creio que o gestor não tem ideia da dimensão desse trabalho", diz o conselheiro. "Privatizar pode parecer a solução a princípio, mas não é porque o problema é de subfinanciamento da saúde."

24/01/2017 - Altamiro Borges

Uma métrica para legitimar o arbítrio

A edição d'O Globo desta terça-feira 24/01 dedica reportagem de página inteira para construir o argumento da legalidade da Lava Jato. A matéria "Aval supremo" é ilustrada com uma foto [que ocupa um terço da página 3 do jornal] de um Sergio Moro pisando firme no tapete azul do Senado.

O Globo reproduz dados da força-tarefa da Lava Jato – aparentemente sem confrontá-los com qualquer parâmetro técnico-jurídico – e afirma que "os réus perderam em 81,4% das vezes [nos recursos e habeas corpus impetrados no STF], ou seja, em quatro de cada cinco casos".

Como que querendo constranger e condicionar o juiz que assumirá a relatoria da Lava Jato no STF para assim manter o padrão pró-Sérgio Moro, a matéria anota que "quem relatava os processos da operação no tribunal era o ministro Teori Zavascki" – um herói nacional, nas palavras póstumas de Moro.

De tempos em tempos a mídia hegemônica recicla reportagens para reforçar o

mantra da legalidade das decisões dos juizes da Lava Jato, numa busca permanente de legitimação e naturalização do arbítrio.

A suposta legalidade da operação seria uma cândida verdade, não estivesse o Brasil mergulhado no regime de exceção que legitimou o golpe de Estado perpetrado com o impeachment fraudulento da Presidente Dilma.

O regime de exceção criou um "novo normal" jurídico, no qual princípios iluministas e democráticos foram desalojados pelo obscurantismo de juizes, policiais e procuradores messiânicos; pregadores que fazem proselitismo na mídia, nas suas igrejas e na internet.

Leia mais em:

<http://altamioborges.blogspot.com.br/2017/01/uma-metrica-para-legitimar-o-arbitrio.html>



24/01/2017 - CUT

Aos 94 anos, Previdência nunca esteve tão em risco

Encontro na CUT celebrou também Dia do Aposentado e apontou para necessidade de resistir aos ataques golpistas para salvar a Seguridade

A Previdência Social completou 94 anos nesta terça-feira (24), data em que se celebra também o Dia dos Aposentados. Para marcar a data, a CUT promoveu um seminário em sua sede, na capital paulista, para tratar da sobrevivência do regime diante dos seguidos golpes do governo golpista de Michel Temer (PMDB).

Para o presidente da Fenapi (Federação Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos), Wilson Ribeiro, ao atacar o poder de compra dos inativos, o governo reforça a opção de tesourar a economia ao invés de incentivá-la.

“Desvincular o aumento do salário do aumento da economia é um erro terrível, porque, quando o governo passou a dar aumento real, o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu. O aposentado passou a comprar porque precisava, devido aos anos de defasagem acumulados. Queremos aquilo que pertence a nós, aquilo que é fruto da nossa contribuição durante anos”, afirmou.

Mais do que pensar na economia, o secretário-geral da CUT, Sérgio Nobre, resalta que a preocupação de Temer é fazer um contraponto ao modelo de desenvol-

vimento com inclusão dos mais pobres capitaneado pelo ex-presidente Lula e pela presidente eleita Dilma Rousseff.

“A grande diferença entre nós e os golpistas é que para nós o pobre passaporte para mudarmos o país, fazemos crescer por meio da inclusão economia, nas universidades. Estão desmontando todas as políticas sociais porque não deram golpe para que conseguíssemos voltar em 2018, mas para que fiquem 20, 30 anos no poder.”

O dirigente defendeu que a direção do golpe pela capacidade de reação da classe trabalhadora. “O golpe de 1964 aconteceu porque a classe trabalhadora não reagiu. Precisamos construir a unidade de todos os trabalhadores, inclusive os aposentados dentro da CUT. O que está vindo aí só se enfrenta se houver unidade.”

Leia mais em:

<http://www.cut.org.br/noticias/aos-94-anos-previdencia-nunca-esteve-tao-em-risco-907b/>

Combate à sonegação é suficiente para cobrir gastos com Previdência, diz especialista

Empresas deixam de pagar cerca de R\$ 500 bilhões ao Estado anualmente, mesmo valor gasto na Previdência Social

A evasão somada à sonegação fiscal de empresas brasileiras chega a 27% do total que o setor privado deveria pagar em impostos no Brasil, o equivalente a cerca de R\$ 500 bilhões. O alerta faz parte do informe anual da Organização das Nações Unidas (ONU) que destaca que o fenômeno presente em toda a América Latina impede que governos tenham acesso a recursos que poderiam ser usados para financiar serviços públicos.

Na avaliação da entidade, para que os ganhos sociais possam ocorrer até 2030, os governos latino-americanos terão de investir mais. E, para isso, terão de elevar sua capacidade de arrecadação. Em alguns países da região, porém, a receita com impostos ainda representa menos de 20% do PIB.

Em entrevista a Brasil de Fato, a especialista em orçamento público do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Grazielle David, aponta que os principais motivos para a sonegação fiscal no Brasil ser tão elevada está nas leis flexíveis e na ausência de investimentos no combate ao problema.

Segundo a especialista, os impostos mais sonegados no país são Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), o Imposto de Renda e as contribuições previdenciárias que, se arrecadados, poderiam ser destinados à Previdência Social, por exemplo.

“Em 2015, a sonegação chegou a R\$ 500 bilhões, o equivalente a 5 vezes o orçamento da Saúde ou todo o orçamento da Previdência Social. Em um momento que se fala que a Previdência precisa ser completamente reformada e os direitos negados, se todo o valor da sonegação fosse recuperado, toda a Previdência poderia ser paga”, diz David.

Confira a entrevista na íntegra.

Brasil de Fato: Quais as principais origens da sonegação fiscal no Brasil?

Grazielle David: Existem alguns estudos nacionais e internacionais, além desse da

ONU, que aprofundam um pouco essas questões da evasão e da sonegação fiscal. Um grande grupo que sempre pesquisa sonegação fiscal no Brasil é o Sinprofaz, o Sindicato dos Procuradores da Fazenda. Há uns 10 anos eles divulgam anualmente uma avaliação da sonegação no país. É interessante ver que esse número da ONU está bem próximo das análises que o Sinprofaz já fazia. O último estudo deles, em relação ao ano de 2016, diz que a sonegação fiscal fica em torno de 25% a 28% da arrecadação, o que fica na mesma linha da ONU. Além disso, quando se pensa, não por proporção da arrecadação, mas pela proporção do PIB, o estudo do Sinprofaz diz que a sonegação chega a 10% do PIB nacional. Nesse mesmo estudo foi identificado ainda que os tributos mais sonegados são o ICMS, o principal tributo estadual, o Imposto de Renda e as contribuições previdenciárias.

Outro grupo, que é internacional, o TX Justice Network, uma rede de justiça tributária, utiliza dados do Banco Mundial e observou que o Brasil era vice-campeão mundial na sonegação de impostos, com algo em torno de 13% do PIB. Um valor bem considerável.

Já o estudo do GFI, Global Financial Integrity, que trabalha com informações de fluxos financeiros, conseguiu captar quais os mecanismos utilizados para promover evasão fiscal. Eles observaram uma questão muito interessante: a priori, sempre se pensava que o dinheiro que saía de um país para um paraíso fiscal era fruto de corrupção ou dinheiro puramente ilícito. Porém, eles puderam observar que grande proporção - cerca de 80% dos fluxos financeiros - desse dinheiro tem relação com o setor privado e que o principal mecanismo utilizado é o sub-faturamento.

Leia mais em:

<https://www.brasildefato.com.br/2017/01/25/combate-a-sonegacao-e-suficiente-para-cobrir-gastos-com-previdencia-diz-especialista/>